



## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2015**

### **1. Introdução**

O Estatuto do Direito de Oposição (EDO), aprovado pela lei n.º 24/98 de 26 de Maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, com a licitude que lhes é provida pela Constituição e pela Lei.

Por oposição entende-se o acompanhamento, a fiscalização e a crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais.

De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º da referida lei n.º 24/98 de 26 de Maio, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao final do mês de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. Estes relatórios deverão ser remetidos aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem.

### **2. Titulares do direito de oposição**

Além de outros mencionados no artigo 3.º do EDO, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda

aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

### **3. Cumprimento do direito de oposição no Município de Loulé**

No Município de Loulé o PS é o único partido político que detém pelouros e poderes delegados. Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da referida lei n.º 24/98, apenas são titulares do direito de oposição:

- O Partido Social Democrata [PPD/PSD] que no mandato 2013-2017, iniciado em 19 de Outubro, está representado por quatro vereadores e dezasseis deputados municipais;
- A Coligação Democrática Unitária [CDU-PCP] que no mandato 2013-2017 está representada na Assembleia Municipal por um deputado municipal;
- O Bloco de Esquerda [BE] que no mandato 2013-2017 está representado na Assembleia Municipal por um deputado municipal.

De acordo com o EDO e para o cumprimento do disposto na alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, alterada pela lei n.º 169/2015 de 16 de Julho, de seguida relatam-se, genericamente, as actividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:

#### **3.1 Direito à informação**

No decurso do ano de 2015, os titulares de direito de oposição do Município de Loulé foram regularmente informados pelo órgão executivo e pelo presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, da actividade municipal, da tramitação dos principais assuntos de interesse público e da informação financeira do Município.

Assim, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito das alíneas s), t), u), x) e y) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 4 do mesmo artigo, da já supracitada lei n.º 75/2013, a saber:

- Informação sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a actividade da Câmara Municipal, a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- Resposta a todos os pedidos de informação apresentados pelos vereadores;
- Resposta a todos os pedidos de informação comunicados pela mesa da Assembleia Municipal;
- Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respectivos titulares, destinadas a ter eficácia externa;
- Remessa à Assembleia Municipal das minutas das atas das reuniões do executivo municipal após a sua realização e das atas das reuniões do executivo municipal, após aprovação.

### **3.2 Direito de consulta prévia**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do EDO foram facultados aos vereadores e aos representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal as propostas dos Planos e Orçamentos Municipais.

A elaboração das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para 2016 da Câmara Municipal foram facultadas, com a antecedência prevista na lei através da plataforma electrónica, assim como as agendas das reuniões do executivo, tendo sido disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foi fornecida a cópia desses documentos, sempre que solicitada, através dos meios humanos e materiais da Autarquia.

### **3.3 Direito de participação**

No ano de 2015 o executivo municipal procedeu, atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição.

Foram igualmente dirigidos os convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em actos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e desenvolvimento do Concelho de Loulé, não só naqueles que foram organizados ou apoiados pela Câmara Municipal, mas também naqueles em que, pela sua natureza, tal se justificou.

Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.

Foi, igualmente, assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, tendo os mesmos, para tal, apresentado propostas, pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos que foram tramitados nos termos legalmente previstos.

### **3.4 Disponibilização de Gabinete**

Foi disponibilizada aos membros do órgão executivo sem competências atribuídas um espaço de trabalho, bem como colocados à sua disposição os recursos materiais e humanos no edifício dos Paços do Concelho, de acordo com o n.º 7 do artigo 42.º do anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na sua versão actual.

### **3.5 Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do EDO, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório, elaborado pelo órgão executivo, de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respectivo relatório ser objecto de discussão pública na Assembleia Municipal.

### **3.6 Direito de depor**

No período em questão, os eleitos locais referidos como titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeito da aplicação do direito consagrado no artigo 8.º do EDO.

## **4. Conclusão**

Em face do exposto, foram asseguradas, pelo órgão executivo da Câmara Municipal, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2015, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição.

Nestes termos, e em cumprimento do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 10.º do EDO, deverá este relatório ser submetido ao órgão executivo e, posteriormente, enviado ao presidente da Assembleia Municipal e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição na Assembleia Municipal.

Por último deverá este relatório ser publicado no sítio electrónico do Município.

Loulé, 8 de Janeiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,

(Vítor Aleixo)